

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOLOGICA DO ESTADO BRASILEIRO

Carla Michele Rech²¹

Resumo: O presente ensaio teórico é fruto de registros de pesquisa bibliográfica para a tese de doutorado e tem por objetivo apresentar algumas contribuições teórico-metodológicas para a investigação sociológica do Estado brasileiro, a partir de autores que se inscrevem teoricamente no marco de uma antropologia da política ou também denominada Antropologia do Estado. Os teóricos que se filiam a essa perspectiva teórica têm proporcionado um alargamento teórico e permitem pensar o Estado não como uma entidade independente, um ator essencializado, com coerência, agência própria e autonomia, como um objeto coerente claramente distinto da sociedade. A proposta desta perspectiva é historicizá-lo, tomá-lo como um conjunto de processos dinâmicos, cuja materialidade reside muito menos em instituições e mais na reformulação de processos e relações, de modo a criar novos espaços para a implantação de poder. Tomando em consideração as pesquisas empíricas sobre o tema já realizadas no Brasil, tal perspectiva demonstra contribuir tanto teórica quanto metodologicamente para compreensão do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Estado, investigação sociológica, contribuições teórico-metodológicas

Abstract: This paper is the result of theoretical research records for doctoral thesis and aims to present some theoretical-methodological contributions to the sociological investigation of the Brazilian State, which are theoretically inscribed in the framework of an anthropology of politics or also called State Anthropology. The theorists this theoretical perspective has provided a theoretical enlargement and allow you to think the State not as an independent entity, an actor essentialized, with consistency, and agency autonomy, as a consistent object clearly separate from the society. The proposal of this perspective is historicized it, taking it as a set of dynamic processes, whose materiality resides less in institutions and more on reformulation of processes and relationships, in order to create new spaces for the deployment of power. Considering the empirical research already carried out in Brazil indicate that in this perspective can contribute both theoretically and methodologically to understanding the Brazilian state.

Keywords: State, sociological research, theoretical and methodological contributions

1. INTRODUÇÃO

Estudos realizados nas últimas décadas no Brasil têm demonstrado que o Estado brasileiro apresenta um padrão de permeabilidade²² (Marques, 1999; 2004) que tem possibilitado múltiplas dinâmicas de interação, dentre estas, a relação entre

²¹ Socióloga, Mestre em Ciências Sociais (UFPel). Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPQ. Integrante do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE-UFRGS).

²² O autor denomina permeabilidade um padrão de relações formado por redes de relações que levam à consolidação institucional de determinada empresa estatal, onde grupos e indivíduos de tal empresa se relacionam com o seu ambiente político e onde os campos do público e do privado se interpenetram no interior da comunidade profissional (MARQUES, 1999).

organizações de movimentos sociais²³ e órgãos estatais, especialmente no contexto de implementação de políticas públicas. Destaca-se que tal permeabilidade, ao mesmo tempo em que pode ser fonte de instabilidade institucional, também pode possibilitar maior acesso ao Estado por grupos reformistas que podem reconfigurar redes de políticas (MULLER, SILVA e SCHENEIDER, 2013).

No entanto, apesar das evidências empíricas²⁴, permanecem questões teóricas importantes, especialmente desafios em torno de como analisar esse processo do ponto de vista teórico. Já há um consenso na área de estudos de movimentos sociais que a abordagem relacional²⁵ apresenta-se como adequada para o estudo das relações das organizações de movimentos sociais com órgãos estatais, ao mesmo tempo complexa e dinâmica, e dada suas características, demandam uma abordagem desde distintas perspectivas (teóricas e metodológicas) buscando ao máximo, aproximações multidisciplinares, especialmente com áreas do conhecimento que tem se dedicado ao tema.

Revisitando a literatura que toma o Estado como objeto de análise, notamos que para além dos estudos clássicos nas ciências sociais (MAUSS, 1970; Weber, 1974; 1983; GEERTZ, 1991; BOURDIEU, 1994, ELIAS, 2006; GRAMSCI, 2006) temos a particular abordagem adotada por Foucault (1979; 2006; 2008), cuja perspectiva tem influenciado abordagens teóricas alternativas, as quais se inscrevem teoricamente no marco de uma antropologia da política ou também denominada Antropologia do Estado (HERZFELD, 1992; FERGUSON, 1994; SCOTT, 1998; TROUILLOT, 2001; MITCHELL, 2006; SHARMA; GUPTA, 2006; FASSIN, 2013; GRAEBER, 2015) e que nos parecem pertinentes para abordagem

²³ Quando falamos em organizações de movimentos sociais estamos utilizando a definição proposta por Jenkins (1994) que considera tanto as organizações de movimentos sociais clássicas, com liderança autóctone, pessoal voluntário, afiliação extensiva, recursos de beneficiários diretos e ações baseadas na participação massiva ou organizações de movimentos sociais profissionais, com liderança externa, pessoal remunerado por tempo integral, afiliação reduzida ou inexistente, recursos das comunidades conscientes e ações que “falam em nome” do grupo prejudicado sem requerer sua participação.

²⁴ A ocupação de posições em órgãos estatais por indivíduos com trajetórias vinculadas à organizações de movimentos sociais não é algo novo na realidade brasileira. Em recente revisão de literatura sobre movimentos sociais brasileiros, Abers e Von Bulow (2011) destacam que foi possível detectar pelo menos dois padrões de intersecção entre movimentos sociais e o Estado ao longo das duas últimas décadas: a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado.

²⁵ Segundo Marques (1999: 47), um dos principais pesquisadores no Brasil a utilizar a abordagem relacional, “o uso do conceito de redes permite chegar a um grande detalhamento das relações individuais sem perder de vista a estrutura do campo inteiro e os padrões mais gerais, introduzindo dimensões novas e inusitadas na compreensão do Estado”.

do Estado brasileiro. Afora as contribuições que destacaremos a seguir, Kuschnir (1997) argumenta que esta área do conhecimento pode contribuir nesse debate porque sua principal tarefa é estudar não o que a política *deve ser*, mas o que ela é para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico, assim como o Estado e suas práticas. Souza Lima (2012) reforça essa perspectiva a partir de suas pesquisas de campo, afirmando que essa abordagem permite ultrapassar a sensação de completude e totalização que a ideia de Estado carrega, sensação esta que é, em si mesma, matéria para a pesquisa.

O presente ensaio é fruto de registros de pesquisa para a tese de doutorado e tem por objetivo apresentar elementos das obras de relevantes autores que se inscrevem teoricamente no marco de uma antropologia da política ou também denominada Antropologia do Estado e que podem, no nosso ponto de vista, contribuir teórica e metodologicamente para a investigação sociológica do Estado brasileiro. Os teóricos que se filiam a essa perspectiva teórica têm proporcionado um alargamento teórico e permitem pensar o Estado não como uma entidade independente, um ator essencializado, com coerência, agência própria e autonomia, como um objeto coerente claramente distinto da sociedade. A proposta desta perspectiva é historicizá-lo, tomá-lo como um conjunto de processos dinâmicos, cuja materialidade reside muito menos em instituições e mais na reformulação de processos e relações, de modo a criar novos espaços para a implantação de poder. Tomando em consideração as pesquisas empíricas sobre o tema já realizadas no Brasil, tal perspectiva demonstra contribuir tanto teórica quanto metodologicamente para compreensão do Estado brasileiro. O texto está dividido em três partes, elaboradas a partir da revisão da literatura. Na primeira apresentamos as contribuições de Foucault, na segunda, os aportes dos teóricos contemporâneos e na terceira, breves considerações finais que apontam a pertinência das questões colocadas para investigação sociológica do Estado brasileiro.

2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE FOUCAULT

Foucault apresenta uma abordagem que se diferencia das abordagens clássicas sobre o Estado, ao dar ênfase na noção de que o Estado é influenciado por interesses diversos. Esta noção contrapõe a ideia essencializada de Estado, visto como instituição autônoma, cujas ações são referenciadas internamente a

partir da ideia de um soberano. Uma das principais contribuições de Foucault para a investigação do Estado já se encontra demarcada em seu texto sobre “A Governamentalidade” (Foucault, 1979). Ao se preocupar com a relação entre segurança, população e governo, o autor procura verificar como surgiu historicamente o problema específico da população, o que conduziu à questão do governo, demonstrando que o Estado, longe de ser uma espécie de dado histórico-natural é o correlato de uma certa maneira de governar, pautada pela razão de Estado. Este problema, segundo o autor, aparece apenas no século XVI, momento em que começam a se instaurar os grandes Estados nacionais, entre outras questões, e vai se alterando no tempo e no espaço. Foucault demonstra que desde o século XVIII vivemos na era da governamentalidade e que a governamentalização do Estado foi o fenômeno que o permitiu sobreviver.

Neste texto clássico, o autor destaca dois momentos na literatura do/sobre o governo: a literatura antes e depois de *O Príncipe* de Maquiavel e o meio desta uma volumosa literatura anti-Maquiavel (apresentando com maior ênfase observações sobre o texto de La Perrière), destacando o autor o fato de que nos cursos de ciências sociais pouco se comenta sobre a existência e conteúdo destes textos. O que Foucault procura evidenciar é que esta “ausência” não tem somente uma função negativa de censura, de barragem, de recusa do inaceitável. É, antes de tudo, um gênero positivo que tem objeto, conceitos e estratégia, e sobre esse aspecto que faz suas considerações. O autor assinala que enquanto a doutrina do príncipe ou a teoria jurídica do soberano procura incessantemente marcar uma descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder e o que se governa é o território, as teorias da arte de governar procuram estabelecer uma continuidade (ascendente e descendente) e reconhecer que existem muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade e o que se governa são as coisas.

Apesar da existência dessa perspectiva, o que Foucault demonstra é que essa visão da “arte de governar” foi bloqueada ao longo dos séculos, tendo primazia a teoria da soberania, impulsionada pelo mercantilismo como forma de governar e por suas leis, ordens, regulamentos. Tal abordagem foi desbloqueada apenas através do desenvolvimento da ciência do governo, tendo na estatística o principal fator técnico deste desbloqueio. Nesta abordagem a população aparece como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo. Ao mesmo

tempo, esta nova noção - de população – elimina, segundo o autor, o modelo da família, transformando-se em objetivo final do governo. Assim, a economia se isola como setor específico da realidade e a economia política como ciência e como técnica de intervenção do governo se insere neste campo da realidade.

Ao analisar o biopoder, a partir da forma como se organizaram as cidades, o sistema disciplinar envolvido e surgimento de uma técnica política que se dirigiria ao meio (planejamento das cidades com diferentes funções: higiene, comércio circulação de mercadorias e possibilitar a vigilância), Foucault volta a encontrar aqui o problema do soberano. No entanto, desta vez o soberano não é mais aquele que exerce seu poder sobre um território a partir de uma localização geográfica da sua soberania política. O soberano passa a ser algo que se relaciona com uma natureza, ou antes, com a interferência perpétua de um meio geográfico, climático, físico com a espécie humana, na medida em que ela tem um corpo e uma alma, uma existência física [e] moral. O soberano passa assim a ser aquele que deverá exercer seu poder nesse ponto de articulação em que a natureza no sentido dos elementos físicos vem interferir com a natureza no sentido da natureza da espécie humana. É nesse ponto de articulação, segundo o autor, em que o meio se torna determinante da natureza.

Apesar das questões já colocadas nos textos anteriores, é na Aula de 10 de janeiro de 1979 que Foucault retoma sistematicamente a reconstrução da história da arte de governar, procurando nessa aula captar a maneira como, dentro e fora do governo se constitui a prática governamental. Desta maneira, o autor acaba fazendo o inverso das análises sociológicas ao partir da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, de supor que os universais (Estado e sociedade, nesse caso) não existem. Ocupa-se em dar ênfase nas limitações internas da razão governamental, dentre as quais para Foucault é a economia política que possibilitou assegurar a autolimitação, pelo princípio da verdade, da razão governamental. Conclui introduzindo a abordagem sobre um novo regime governamental desenvolvido a partir do século XVIII chamado liberalismo, razão na qual é apreender o que é a biopolítica, temas tratados na Aula de 17 de janeiro de 1979.

Para Foucault, essa nova arte de governar se caracteriza essencialmente, pela instauração de mecanismos, em um só tempo, internos, numerosos e complexos, mas que tem por função não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar. A razão do governo seria mínima como princípio de organização da própria razão de

Estado. A questão da frugalidade do governo é a questão do liberalismo. Segundo Foucault, se quiséssemos analisar esse fenômeno seria absolutamente fundamental fazer a história da governamentalidade ocidental, isso é a sua inteligibilização. Seria necessário fazer a história dos regimes de verificação - da análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma situação de direito, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso. Segundo o autor, verificar o discurso em que se formula o direito e em que se formula o que pode ser verdadeiro ou falso. Isso porque, o que tem uma importância política atual é porque tal regime de verificação foi instaurado num determinado momento. Segundo o autor, o governo nessa nova razão governamental é algo que manipula interesses. A partir de então, o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas. Só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida dos interesses em jogo. Os jogos de interesse tomam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou determinado processo de certo interesse para os indivíduos, ou para o conjunto dos indivíduos, ou para os interesses de determinado indivíduo confrontados ao interesse de todos, etc. O governo vai se exercer agora sobre o que Foucault chama de república fenomenal dos interesses.

Para a investigação sociológica do Estado, Foucault contribui à medida que levamos a sério o fato de que para compreender o Estado não podemos analisá-lo de forma isolada. Passa pelo reconhecimento de que existe um sistema de poder que se estende para além do Estado e que complexifica seu estudo e compreensão das relações envolvidas.

3. ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

3.1 Ferguson e a máquina anti-política/Timothy Mitchell e o efeito-Estado

Um dos estudos pioneiros com a abordagem proposta por Foucault foram os estudos realizados por Ferguson, entre eles o estudo realizado pelo autor em Lesotho, um pequeno país da África Austral. Neste estudo, Ferguson leva em consideração o papel que os discursos transnacionais desempenham na construção de Estados, especialmente a forma com os organismos internacionais classificam os países. O autor destaca principalmente a ação que o Banco Mundial tem produzido sobre Lesotho, classificando-o como um país menos desenvolvido, e que, em

seguida, denota certo conjunto de características, necessidades e intervenções estatais.

O que Ferguson (1994) busca evidenciar é que mesmo havendo uma reorganização da realidade local a partir do “olhar” das agências de desenvolvimento, especialmente do Banco Mundial, se desenvolve também a criação de do que o autor denomina de uma máquina anti-política. Ou seja, ao mesmo tempo em que os técnicos desconsideram a cultura local e as formas tradicionais de produção e consumo, naturalizando paradigmas neoliberais de crescimento e de autodeterminação individual visando um progresso definido externamente, ocorre um processo de resistência por parte da população nativa e dos burocratas estatais que, segundo o autor, leva a um fracasso inevitável das ações externas desenvolvidas. Inspirado em Foucault, Ferguson (1994) chama atenção que neste quadro o Estado é apenas um nó em uma rede horizontal de instituições e indivíduos através do qual o poder é exercido, e não verticalmente a mais alta instituição em que o poder é inerente.

Para além de Foucault e de sua arqueologia do saber sobre o Estado, mas ao mesmo tempo inspirada em sua perspectiva, temos a contribuição de Mitchell (2006) que se dedica a formular uma abordagem teórica alternativa e operacional para o estudo do Estado enquanto objeto de análise. Para o autor “Uma abordagem alternativa deve começar com a suposição de que devemos levar a sério o carácter esquivo da fronteira entre o Estado e a sociedade, não como um problema de precisão conceitual, mas como uma pista para a natureza do fenômeno” (MITCHELL, 2006, p. 170).

Segundo sua abordagem, uma teoria contemporânea do Estado também deve examinar a distinção paralela construída entre Estado e economia, já que para o autor, o limite entre Estado e economia representa uma distinção ainda mais esquiva do que entre Estado e sociedade. Para Mitchell (2006, p. 170), “Devemos tomar tais distinções não como o limite entre duas entidades discretas, mas como uma linha desenhada internamente, dentro da rede de mecanismos institucionais através da qual é mantida uma ordem social e política”. Além disso, o autor destaca outro aspecto importante, o fato de que a importância do Estado, para a população em geral, como uma construção ideológica e cultural comum devem ser motivos não para dispensar o fenômeno, mas para levar a sério já que,

Uma construção como o Estado ocorre não apenas como um uma crença subjetiva, mas como uma representação reproduzida em formas visíveis todos os dias, tais como a linguagem da prática jurídica, a arquitetura de edifícios públicos, o uso das forças armadas, ou a marcação e policiamento de fronteiras. As formas ideológicas do Estado são um fenômeno empírico, tão sólido e perceptível como uma estrutura jurídica (...) a distinção feita entre um reino conceitual e um empírico precisa ser colocado em cheque se quisermos compreender a natureza de um fenômeno como o Estado (MITCHELL, 2006, p. 173).

Para Mitchell (2006), a popular definição weberiana do Estado não explica como os contornos reais desta organização amorfa estão a ser desenhados. Além do que, para o autor, os teóricos do Estado são incapazes de corrigir o limite indescritível entre o sistema político ou o Estado e a sociedade. Para apresentar a complexidade do fenômeno e avançar no tema das “fronteiras” entre Estado, sociedade e mercado, o autor exemplifica com estudos que demonstraram como o conluio entre o governo dos EUA e as companhias petrolíferas foi um mecanismo institucional usado para atingir determinados objetivos da política externa nos países árabes e que tais mecanismos nunca estão confinados dentro dos limites do que é chamado o Estado. Neste sentido o autor conclui:

É para argumentar que a fronteira do Estado (ou sistema político) nunca marca um exterior real. A linha entre o Estado e a sociedade não é o perímetro de uma entidade intrínseca que pode ser pensado como um objeto autônomo ou ator. É uma linha desenhada internamente, no âmbito da rede de mecanismos institucionais através do qual uma determinada ordem social e política é mantida. O ponto que a fronteira do Estado nunca marca um exterior real sugere que este parece muitas vezes indescritível e instável. Mas isto não significa que a linha é ilusória. Muito pelo contrário, como mostra o caso, produzir e manter a distinção entre Estado e a sociedade em si é um mecanismo que gera recursos de poder (MITCHELL, 2006, p. 175).

Mitchell (2006) destaca ainda que muitos exemplos semelhantes podem ser explorados sobre a relação entre Estado e instituições 'privadas' do setor financeiro, na pesquisa científica e educação, ou em práticas de cuidados de saúde e médica. Segundo ele, “Em cada caso pode-se mostrar que a divisão Estado-sociedade não é uma simples fronteira entre dois objetos autônomos ou domínios, mas uma complexa distinção interna para estes reinos da prática” (MITCHELL, 2006, p. 175). Mais ainda, “O poder de regular e de controle não é simplesmente uma capacidade armazenada no interior do Estado, de onde se estende para fora na sociedade. O limite aparente do Estado não marca o limite dos processos de regulamentação”. (MITCHELL, 2006, p.176).

Além das questões já evidenciadas, Timothy Mitchell (2006) destaca algumas observações pertinentes sobre uma teoria mais adequada do Estado:

- A abordagem do Estado por ele defendida não implica uma imagem do Estado e organizações privadas como uma estrutura de poder única e totalizada. Pelo contrário, existirá sempre conflito entre eles, como há entre as agências governamentais diferentes, entre organizações corporativas. Esta abordagem significa que não devemos ser enganados em tomar por garantido a ideia do Estado como um objeto coerente claramente distinto da 'sociedade';
- Concebido dessa forma, o Estado não deve mais ser tomado como um ator, essencializado, com coerência, agência própria e autonomia;
- Precisamos de uma abordagem para o Estado que se recuse a tomar o dualismo 'Estado-sociedade', 'Estado-economia', e ainda esclarecer por que a realidade social e política aparecem nesta forma binária;
- Deve-se analisar o Estado como um efeito estrutural. Isso é, devemos examiná-lo não como uma estrutura real, mas como o poderoso, aparentemente efeito metafísico de práticas que fazem tais estruturas parecerem existir. Para Mitchell (2006) é habitual ver o Estado como um aparato de poder e a fábrica como um espaço da produção. Na verdade, ambos são sistemas de poder disciplinar e ambos são técnicas de produção. Ambos produzem o efeito de uma abstração que se distingue da realidade material. Ademais, o efeito estrutural contemporâneo do Estado é inseparável da criação relativamente recente da 'economia'.

Timothy Mitchell resume sua abordagem diferenciada sobre o Estado e sua relação com a sociedade e a economia em uma lista de cinco proposições:

1. Devemos abandonar a ideia do Estado como uma entidade independente;
2. Devemos, no entanto, levar a sério a distinção entre Estado e sociedade ou Estado e economia. É uma característica definidora da ordem política moderna. O Estado não pode ser descartado como uma abstração ou construção ideológica e preterido em favor de realidades materiais. Na verdade, nós temos que fazer essa distinção entre conceitual e material, entre o abstrato e o real;

3. Pela mesma razão, a visão predominante do Estado como essencialmente um fenômeno de tomada de decisão ou política é inadequada;
4. Devemos endereçar o Estado como um efeito de processos mundanos de organização espacial, arranjo temporal, especificação funcional, supervisão e fiscalização e representação do que cria a aparência de um mundo fundamentalmente dividido em Estado e sociedade ou Estado e a economia.
5. Esses processos criam o efeito do Estado não apenas como uma entidade definida além de economia ou sociedade, mas como uma dimensão distinta de estrutura, codificação, conhecimento, informação, planejamento e intencionalidade. O Estado aparece como uma abstração em relação à concretude do social, uma esfera de representação em relação à realidade da economia e uma idealidade subjetiva em relação à objetificação do mundo material.

3.2 Fassin, Trouillot, Sharma e Gupta e a investigação das práticas estatais

Didier Fassin, sociólogo e antropólogo francês, tanto propõe quanto realiza uma etnografia do Estado que ele qualifica de transversal, articulando o nível macro e micro sociológico para análise. Ao descrever um conjunto de situações em torno do tema da segurança, o autor demonstra como tais práticas oferecem muitos mergulhos ao coração do Estado, tensões entre questões públicas e sociais, morais e políticas ao mesmo tempo. O método proposto articula a observação das práticas dos agentes com análise de discurso e da ação pública.

Para Fassin, mergulhar no coração do Estado significa penetrar no funcionamento ordinário/cotidiano das instituições públicas, apreender os valores e os afetos, julgamentos e sentimentos. Ou seja, apreender a economia moral e as subjetividades morais (o trabalho moral) que atravessam as políticas de governo e as práticas dos agentes. O autor chama a atenção para o fato de que são os trabalhadores do Estado, sejam policiais, educadores, médicos, etc., e suas práticas cotidianas que constituem o Estado e que ao mesmo tempo aplicam e produzem a ação pública. Fassin procura demonstrar como que apesar da existência das leis e normas, são as decisões dos profissionais em tomar certas atitudes em relação a outras é que determinam a ação do Estado. Para ele, são os diferentes profissionais que tem uma margem de interpretação e de manobra que definem as modalidades

de sua intervenção, ou seja, eles são o Estado. O autor argumenta dessa maneira que não é somente o Estado que dita uma política aos agentes, mas que são também os agentes que fazem a política do Estado. Dessa maneira o Estado deixa de ser um lugar imparcial voltado ao bem comum. Além disso, as instituições (as prisões, agências policiais, serviços sociais ou de saúde mental, etc.) são elas mesmas o lugar de produção do Estado. Neste ponto é importante destacar que a ação dos indivíduos se dá no contexto das instituições ao qual estão inseridos, e não agem como “elétrons” livres; instituições estas que mudam com o tempo e conforme as tradições nacionais.

Trouillot (2001) também procura uma abordagem diferenciada para o Estado a partir da constatação da constante presença governamental nas vidas das pessoas. Para o autor, esta presença existe independentemente dos regimes e as particularidades da formação de cada país, ao mesmo tempo em que o Estado se torna menos eficaz e menos relevante no contexto da globalização. O autor explora como os antropólogos podem dar sentido a essa tensão e incorporá-la plenamente na análise do Estado. Inspirado em Gramsci, Trouillot (2001, p. 127) defende que “não se pode teorizar o Estado e, em seguida, teorizar sociedade ou vice-versa. Em vez disso, o Estado e a sociedade estão ligados pelo bloco histórico que assume a forma do contrato social específico”. A proposta do autor é rejeitar a existência do Estado como uma entidade: “Dentro dessa visão, o Estado aparece assim como um campo aberto com múltiplas fronteiras e não fixidez-institucional que quer dizer que ele precisa ser conceituado em mais de um nível” (TROUILLOT, 2001, p. 127).

Outro aspecto relevante destacado pelo autor é de que “o Estado não é um aparelho, mas um conjunto de processos (...) sua materialidade reside muito menos em instituições do que na reformulação de processos e relações de poder, de modo a criar novos espaços para a implantação de poder” (TROUILLOT, 2001, p. 127). Para Trouillot (2001, p. 131), “Se o Estado é de fato um conjunto de práticas e processos e os seus efeitos, tanto quanto uma maneira de olhar para eles, precisamos rastrear e estudar essas práticas, processos, sem nunca ignorar inteiramente a ordem nacional”. Segundo o autor, “Uma antropologia do Estado pode ter que fazer essas tensões o foco principal de sua agenda de pesquisa. (...) Em suma, a antropologia não pode encontrar o Estado pronto” (TROUILLOT, 2001, p. 133).

Consideramos que o aporte destes dois autores, Mitchell e Trouillot podem, pela existência do fluxo de indivíduos por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais, indicar pistas importantes de como se colocar frente o estudo do Estado. Além destes, é possível agregar também a abordagem proposta por Sharma e Gupta (2006), pesquisadores que partem de demonstrações empíricas de como estruturas como os *call centers*, por exemplo, têm se transformado em um símbolo da globalização econômica, envolvendo iniciativa privada, grandes corporações transnacionais, Estados nacionais, burocracias estatais e política internacional. Os autores chamam atenção para o fato de que o sucesso dos *call centers* na Índia se deve pela disponibilidade de uma força de trabalho especializada, resultado direto de pelo menos duas gerações de investimento patrocinado pelo Estado em educação científica e técnica. Associa-se a este investimento, segundo os autores, o fato dessas empresas absorverem o setor mais problemático politicamente da força de trabalho: os educados desempregados.

A questão para a qual os autores chamam a atenção é que “A ordem econômica transnacional emergente não só está remodelando o mapa do trabalho global, mas também transformando a relação entre cidadania, identidade nacional e o Estado” (SHARMA e GUPTA, 2006, p. 4). Os autores procuram explicitar o que poderia ser envolvido em uma abordagem antropológica para estudar o Estado concentrando-se em dois aspectos: (a) as práticas cotidianas, e (b) representações do Estado, os quais, quando combinadas, podem produzir algo disciplinarmente distintivo no estudo do Estado. Além disso, propõem teorizar o Estado em um quadro transnacional e sua relação com a governabilidade local.

Dentre as contribuições da antropologia para o estudo do Estado elencadas pelos autores, destaca-se a perspectiva de entender como o Estado e seus limites são culturalmente construídos, o qual deve ser visto com múltiplas camadas, pluricentrado, e de natureza fluida. Além do que, para Sharma e Gupta (2006), a antropologia traz para o primeiro plano o papel da diferença cultural na formação e informação dos Estados. Assim, uma perspectiva antropológica permite prestar atenção cuidadosa à constituição cultural do Estado. Os autores argumentam que “os procedimentos burocráticos mundanos podem fornecer pistas importantes para a compreensão da micropolítica do trabalho do Estado, como a autoridade do Estado e do governo atuam e são reinventados pela população” (SHARMA e GUPTA, 2006, p. 11-12). Chamam a atenção também para a possibilidade de subversão das

normas por parte das pessoas visto que “níveis mais baixos de burocracias estatais podem não apoiar programas iniciados por outros mais acima na hierarquia, e podem até tentar ativamente sabotar a execução e metas de iniciativas planejadas a partir de cima” (SHARMA e GUPTA, 2006, p. 15).

Além disso, os autores destacam que prestando atenção nas práticas burocráticas cotidianas pode-se entender as fontes e natureza dos conflitos interburocráticos. Isso pode ajudar, segundo Sharma e Gupta (2006), a explicar os impedimentos para a boa execução dos programas de desenvolvimento. Ademais, os autores apontam ainda a inter-relação entre os reinos estatal e não estatal, tal como descrevem:

a linha entre reinos estatais e não-estatais é parcialmente desenhada por práticas cotidianas de trabalho dos burocratas (...) discussões diárias entre funcionários e ativistas (...) reuniões entre burocratas locais e ONGs, e interações entre funcionários de ONGs e participantes de programas de desenvolvimento que ajudam a (re) desenhar a linha entre reinos estatais e não-estatais, e constituem o que é o Estado (SHARMA e GUPTA, 2006, p. 16).

Cabe destacar também que os autores apresentam processos velados e discordantes por meio do qual o Estado (e sua desigualdade de atendimento) é reproduzido. Diferente da perspectiva weberiana sobre a burocracia, Sharma e Gupta (2006, p. 16) consideram “que longe de serem símbolos do desenvolvimento inadequado dos Estados, esses conflitos, ‘corrupções’ e inconsistências são fundamentais para a organização institucional e a reprodução dos Estados”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que apresentadas neste artigo de forma resumida e se tratando de uma aproximação inicial com tais abordagens, é possível verificar e destacar algumas contribuições teórico-metodológicas para investigação sociológica do Estado brasileiro. Especialmente, se levarmos em conta os estudos já realizados que demonstram tanto a permeabilidade dos órgãos estatais a diferentes interesses (MARQUES, 1999, 2000, 2003), quanto a existência da circulação de indivíduos por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil (FARIAS e DIMENSTEIN, 2008; ABERS e VON BULLOW, 2011; ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014; CAYRES, 2015; MACHADO, 2015; ZANOLI, 2015, entre outros).

Foucault contribui teoricamente destacando que o Estado é influenciado por interesses diversos. Esta noção contrapõe a ideia essencializada de Estado, visto como instituição autônoma, cujas ações são referenciadas internamente a partir da ideia de um soberano. Assume-se assim uma perspectiva teórica que reconhece que longe de ser uma espécie de dado histórico-natural, o Estado é o correlato de uma certa maneira de governar, se alterando no tempo e no espaço. Esta noção traz implicações metodológicas também destacadas por outros autores. Faz-se necessário historicizá-lo, compreendendo assim a configuração e os regimes de verificação construídos em determinado tempo histórico.

Outra contribuição é o reconhecimento de que existem muitos governos, de que existe uma continuidade (ascendente e descendente) entre os diferentes tipos de poder e que a prática governamental se constitui dentro e fora do governo. Este reconhecimento implica também abordar as práticas para além das fronteiras estatais, já que a abordagem de Foucault nos convida a considerar, ao mesmo tempo teórica e metodologicamente, que os universais (Estado e sociedade, nesse caso) não existem de forma distinta. Ao mesmo tempo, precisamos levar em consideração a existência e permanente instauração de mecanismos a um só tempo, internos, numerosos e complexos, os quais têm por função delimitar o próprio interior do Estado e o exercício do poder de governar. Ou seja, para compreender o Estado não podemos analisá-lo de forma isolada.

Inspirado em Foucault, Ferguson contribui reforçando a ideia de que o Estado é apenas um nó em uma rede horizontal de instituições e indivíduos através do qual o poder é exercido, e não verticalmente a mais alta instituição em que o poder é inerente. Para além de Foucault e de sua arqueologia do saber sobre o Estado, mas ao mesmo tempo inspirada em sua perspectiva, temos a contribuição de Mitchell (2006) que se dedica a formular uma abordagem teórica alternativa e contribui reconhecendo o caráter esquivo da fronteira entre o Estado e a sociedade, ao mesmo tempo em que destaca que esta linha não é ilusória. Muito pelo contrário, é preciso investigá-la já que produzir e manter a distinção entre Estado e a sociedade em si é um mecanismo que gera recursos de poder. Mitchell enfatiza que precisamos de uma abordagem para o Estado que se recuse a tomar o dualismo 'Estado-sociedade', 'Estado-economia', e ainda esclarecer por que a realidade social e política aparecem nesta forma binária. Nesta perspectiva teórica, o Estado não pode ser descartado como uma abstração ou construção ideológica e preterido em

favor de realidades materiais. Na verdade, nós sociólogos é que temos que fazer essa distinção entre conceitual e material, entre o abstrato e o real.

Já Fassin contribui metodologicamente, propondo a articulação entre a observação das práticas dos agentes com análise de discurso e da ação pública. Desta maneira, segundo o autor, será possível, através da etnografia, penetrar e registrar o funcionamento ordinário/cotidiano das instituições públicas, apreender os valores e os afetos, julgamentos e sentimentos que atravessam as políticas de governo e as práticas dos agentes. Importante destacar que essa abordagem implica levar em consideração que a ação dos indivíduos se dá no contexto das instituições ao qual estão inseridos, instituições estas que mudam com o tempo e conforme as tradições nacionais. A abordagem proposta por Fassin parece dialogar diretamente com a discussão sobre a discricionariedade da "burocracia de nível da rua", desenvolvida originalmente por Lipsky (2010) e que, no Brasil, é mobilizada no trabalho de Lotta (2012).

Trouillot também reforça esta perspectiva metodológica enfatizando a necessidade de rastrear e estudar as práticas estatais, seus processos, sem nunca ignorar inteiramente a ordem nacional. Nos convida a considerar que o Estado é tanto um conjunto de práticas e processos e os seus efeitos, quanto uma maneira de olhar para eles. Para Sharma e Gupta, além de estudar as práticas cotidianas, precisamos também verificar as representações do Estado. Segundo esses autores, estas ações quando combinadas, podem produzir algo disciplinarmente distintivo no estudo do Estado. Além disso, propõem teorizar o Estado em um quadro transnacional e sua relação com a governabilidade local. As contribuições dos autores destacados nesse artigo nos convidam a ver o Estado com múltiplas camadas, pluricentrado e de natureza fluida. Essa perspectiva demandará que o Estado seja conceituado em mais de um nível.

Cabe aos pesquisadores aprofundar os estudos nessa abordagem e verificar a pertinência de tais observações para a realização de estudos que envolvam o Estado como objeto de investigação sociológica. Acreditamos que esses aportes se apresentam como mais uma possibilidade teórica e metodológica para abordar um objeto tão complexo e dinâmico, com relações de diferentes naturezas, envolvendo múltiplos atores e espaços sociais.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; von BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade?. **Sociologias**, 13 (28), p.52–84, 2011

ABERS, Rebecca Neaera, TATAGIBA, Luciana. Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher. In: 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014, Caxambu. **ANAIS DO ENCONTRO (GT,SPG,CQ E MR)**. São Paulo: Anpocs, 2014. p. 1-32.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 57, n. 2, p. 325-357, June 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17/06/2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

BOURDIEU, Pierre. Esprits d'État. Genèse et structure du champ bureaucratique In: **Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action**. Paris: Seuil, p.99-146, 1994.

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo Institucional no coração da Secretaria Geral da Presidência da República: A Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014)**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

ELIAS, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In: **Escritos & ensaios**; 1: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, p.153-165, 2006.

FARIAS, Maio Spellman Quirino de, DIMENSTEIN, Magda. **Práticas e discursos de usuários de uma ONG/AIDS sobre ativismo**. Psicologia & Sociedade; 20 (2), 2008.

FASSIN, Didier (Org.). **Juger, Réprimer, Accompagner. Essai sur la Morale de l'État**. Paris: Éditions du Seuil, 2013.

FERGUSON, James (with Larry Lohmann). The Anti-Politics Machine. Development and Bureaucratic Power in Lesotho. **The Ecologist**, Vol. 24, N. 5. 1994.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: **Microfísica do Poder**. RJ, Edições Graal, 11º impressão, 1979.

_____. **Seguridad, Territorio, Población: curso en el Collège de France: 1977-1978**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GEERTZ, Clifford. Introdução; Definição política: as fontes da ordem; Conclusão: Bali e a teoria política. In: **Negara. O Estado-teatro no século XIX**. Lisboa: Difel; 1991.

GRAEBER, David. **The Utopia of Rules: on technology, stupidity and the secret joys of bureaucracy**. Melville Publishing. 2015.

GRAMSCI, Antonio. State and civil society. In: Sharma, Aradhana; Gupta, Akhil, ed. **The Anthropology of the State: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006

HERZFELD, Michael. **The social production of indifference. Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy**. Chicago and London: The University of Chicago Press. 1992.

JENKINS, J. Craig. La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales. **Zona Abierta**, Madrid, nº 69, 1994.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 22, n. 64, junho de 1997.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

LOTTA, Gabriela Spanghero. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora PUC/Minas, 2012

MACHADO, Frederico V. Do Estatal à Política: análise das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010). In: **ANAIS DO 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, Porto Alegre, Brasil, 2015.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.41, pp.45-67, outubro de 1999.

_____. **Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Revan - Fapesp, 2000.

_____. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

_____. **Redes sociais, poder e intermediação de interesses nas políticas públicas brasileiras**. XXVIII Encontro da ANPOCS - Seminário Temático “Processo decisório e

implementação de políticas públicas no Brasil: novos tempos, novas perspectivas de análise”, Caxambu, 2004.

MAUSS, Marcel. La nation; La nation y el internacionalismo In: **Obras**. Barcelona, Barral, 1970.

MITCHELL, Timothy. Society, economy and the state effect. In: Steinmetz, George (ed.). **State/Culture. State-formation after the cultural turn**. New York: Cornell University Press, 1999.

MÜLLER, A; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o programa de aquisição de alimentos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, 2012.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos (Ed.) Introdução. Dossiê Fazendo Estado. **Revista de Antropologia**, USP, vol 55(2), 2012.

SCOTT, James. **Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven and London, Yale University Press, 1998.

SHARMA, Aradhana, GUPTA, Akhil. Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization. In: **The Anthropology of the State: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The anthropology of the state in the age of globalization. Close encounters of the deceptive kind. **Current Anthropology** 42(1), 2001.

WEBER, Max. Burocracia; O significado da disciplina; In: **Ensaio de sociologia**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. Los tipos de dominación; Comunidades étnicas; Las comunidades políticas, In: **Economía y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

ZANOLI, Vinícius. **Estado ativista?: tensões e limites nas relações entre gestores municipais e movimento LGBT em Campinas**. 2015. Apresentação de trabalho. In: II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 27 a 30 de abril de 2015, UNICAMP, Campinas (SP).